

Arqueologia Subaquática Romana em Portugal – Evidências, Perplexidades e Dificuldades

Sónia Bombico

Universidade de Évora/CIDEHUS
sonia_bombico@hotmail.com

RESUMO

Os dados históricos e arqueológicos, reunidos nas últimas décadas, permitem definir formas de exploração dos recursos marinhos e sistemas produtivos que caracterizam o panorama comercial marítimo da Lusitânia Romana. Centros produtores de ânforas e fábricas de preparados de peixe surgem contextualizados com as principais cidades marítimas da Lusitânia, desenhando o mapa do povoamento litoral e das rotas comerciais marítimas. Neste quadro, o Património Cultural Subaquático apresenta-se como o principal vestígio dos itinerários percorridos pelos romanos no Atlântico. Do conjunto do Património Cultural Subaquático, emergem materiais arqueológicos de fundeadouro, cepos de âncora em chumbo e ânforas, bem como contextos de naufrágio, fontes arqueológicas directas para o estudo da economia antiga. Residuais, sumariamente referidos na bibliografia e pouco valorizados, os vestígios subaquáticos de época romana em Portugal são evidências claras da navegação romana no Atlântico Lusitano. Propomo-nos a desvendar essas evidências, a reflectir acerca das dificuldades do seu estudo e a anunciar o papel da arqueologia subaquática no esclarecimento das perplexidades, aliadas ao estudo da economia marítima da província romana da Lusitânia.

PALABRAS-CHAVE

Arqueologia Subaquática Romana; Rota Atlântica; Património Cultural Subaquático

ABSTRACT

The archaeological and historical data, gathered in recent decades, to define forms of exploitation of marine resources and production systems that characterize the landscape of commercial marine Roman Lusitania. Amphorae production centers and fish-salting factories appear in context with the main maritime cities of Lusitania, drawing the map of the coastal settlements and maritime trade routes. In this context, the Underwater Cultural Heritage presents itself as the main trace of the routes traveled by the Romans in the Atlantic. Of the set of Underwater Cultural Heritage, arise archaeological material of mooring places, like amphorae and lead anchor stocks, but also some presumed shipwreck sites, direct archaeological sources for the study of ancient economics. Residual, briefly listed in the bibliography and little valued, the underwater remains are clear evidence of Roman navigation on the Portuguese Atlantic. We intend to disclose such evidence, to reflect on the difficulties of its study and to announce the role of underwater archeology in clarifying the Roman perplexities, allied to the study of the maritime economy of the Roman province of Lusitania.

KEYWORDS

Roman Underwater Archaeology; Atlantic route; Underwater Cultural Heritage

INTRODUÇÃO

A historiografia arqueológica duvidou, até há bem pouco tempo, da existência de uma navegação romana ao longo da faixa atlântica. No entanto, o estado actual dos conhecimentos aponta-nos para a seguinte perspectiva: “(...) Não será descabido supor que o abastecimento das tropas [acantonadas no norte peninsular, limes germânico e Britannia], encaminhado por via institucional, embora, ao que tudo indica, com colaboração interessada de muitos particulares, recorresse à rota atlântica para deslocar as largas quantidade de víveres, que o exército não poderia assegurar localmente. Se esta hipótese estiver correcta, aquilo que por estas paragens ocidentais encontramos seria apenas o rasto desses transportes de maior monta que por aqui passariam, em trânsito” (Fabião 2006: 141).

A franja atlântica do mundo romano foi tida como uma área secundária e pouco interessante (Mantas 2002-2003: 445). Nos últimos anos, porém, esse panorama tem vindo a mudar. Estas novas perspectivas permitiram começar a delinear uma nova ideia do Império Romano, no quadro da qual deverá ser reequacionado o papel da Lusitânia (Fabião 2009: 56).

Efectivamente, alguns estudos e autores têm valorizado a vertente atlântica da Península Ibérica, dos quais se destacam: Remesal Rodríguez (1986, 2004, 2008), Naveiro López (1991, 1996), Chic García (1995, 2003), Carreras (2000, 2005) e Lagóstena Barrios (2001). A nível nacional são de salientar: Fabião (1998, 2005, 2009), Mantas (1990, 1998, 1999, 2002-2003, 2004) e Moraes (2007).

Não faltam provas literárias, epigráficas e arqueológicas que nos sugerem as seguintes realidades:

a existência de uma significativa actividade de exploração de recursos marinhos, correlacionada com uma componente de exportação e produção de ânforas; o reconhecimento de fenómenos de variação nas dinâmicas do povoamento, ligada a uma valorização das zonas de estuário e ao desenvolvimento das cidades marítimas; a multiplicação de registos arqueológicos relacionados com o transporte e circulação de mercadorias por via marítima ao longo da faixa atlântica (como o padrão de distribuição de algumas ânforas e cerâmicas finas); e por fim, a identificação de vestígios concretos da navegação antiga (cepos de âncoras, naufrágios e elementos de sinalização naval).

EVIDÊNCIAS

Remontam aos anos 70 e 80 do século XX os primeiros trabalhos arqueológicos subaquáticos de recuperação de material associável ao domínio romano, no nosso território. De entre os quais se podem assinalar: os trabalhos desenvolvidos pelo CPAS (Centro Português de Actividades Subaquáticas) no fundão de Tróia, desde as décadas de 60 e 70 (FIGURA 1); as missões de recuperação de cepos de âncora em chumbo realizadas por Francisco Reiner, Luís Veríssimo, Luís Sacramento, entre outros, com a colaboração dos arqueólogos Francisco Alves, Mário Jorge Almeida e Jean-Yves Blot; e os mergulhos efectuados por Guilherme Cardoso no Tejo (Porto Sabugueiro) entre 1985 e 1988 (FIGURA 2).

Surgem simultaneamente as primeiras publicações relativas a materiais anfóricos provenientes de contextos subaquáticos, de entre as quais o artigo de Guilherme Cardoso acerca das Ânforas Romanas do Museu do Mar de Cascais, editado logo no ano de 1978, e as publicações dos finais dos anos 80 da autoria de António Dias Diogo e Francisco Alves. Em 1988-89 é publicado no *Arqueólogo Português* um artigo que constitui um inventário dos achados de cepos de âncora em chumbo, de toda a costa nacional, recuperados entre os anos 60 e 80 (Alves *et al.* 1988-89).

Mas para uma análise completa acerca da circulação e navegação, na nossa costa, deverão ser tidos em conta os dados geográficos, geomorfológicos, históricos e arqueológicos. São igualmente de grande importância as referências impressas nas fontes clássicas que documentam largamente a navegação romana no Atlântico. De entre as quais se destacam as referências de *Avieno em Ora Maritima*, *Estrabão na Geografia*, *Mela em Chorografia*, *Plínio em Naturalis Historia* e *Ptolomeu*.

A “política atlântica” de Roma, iniciada por Augusto parece ter sido consumada na época de Cláudio com o reconhecimento das potencialidades económicas oferecidas pela zona Atlântica (Fabião 2005: 84; Mantas 2002-2003: 459). Esta é a época de afirmação da exploração dos recursos naturais, principalmente os piscícolas e os mineiros, base da maturação das trocas comerciais e principais fontes de exportação lusitana (Edmondson 1987).

Reconhece-se uma estratégica atlântica de apropriação e controle dos territórios metalíferos do norte,

e construção de uma ampla frente atlântica virada para o mediterrâneo romano (Fabião 2005: 83). É neste âmbito que deveremos entender o desenvolvimento da produção de preparados piscícolas, beneficiários das rotas de retorno em direcção ao Mediterrâneo. Produção que se vai prolongar no tempo, para além do fim do domínio romano na península ibérica, até aos séculos V e VI (Fabião 2009).

Entre os meados do século I a.C. e o I d.C. o volume de evidências arqueológicas romanas, no ocidente peninsular, cresce exponencialmente. A generalidade das cidades romanas do actual território português regista um desenvolvimento a partir do reinado de Augusto.

Tradicionalmente consideram-se como verdadeiras cidades marítimas um pequeno número, cujas funções económicas remontam ao período pré-romano: *Olisipo* (Lisboa), *Salacia* (Alcácer do Sal), *Ossonoba* (Faro), e *Balsa* (Luz de Tavira) (Mantas 1990: 160), mas também *Scallabis* (Santarém) no interior do curso do Tejo. Os estudos recentes levam-nos a considerar a existência de cidades com funções portuárias a norte do Tejo, nomeadamente *Aeminium*, *Portus Cale*, e até mesmo *Bracara Augusta*, funcionando como *terminus* fluviais. Acresce ainda dizer que a generalidade dos cursos fluviais do norte e centro (Minho, Lima, Cávado, Ave, Douro, Ria de Aveiro, Mondego, e a zona de lagoas da Estremadura) terão conhecido actividades marítimas, funcionando em complexos portuários (Blot 2003). Papéis, igualmente, importantes parecem ter desempenhado as ilhas costeiras, como a Ilha do Pessegueiro e a Berlenga, esta última com provadas funções de fundeadouro e ponto de escala da navegação atlântica.

A acção romana no atlântico contou também com a adaptação às características do Oceano Atlântico e às especificidades da sua navegação, consideravelmente diferente da mediterrânea. Confrontados com as grandes marés, os romanos rodearam a questão com a utilização de portos naturais ou recorrendo à sua instalação nos estuários (Mantas 2000). As estruturas de tipo portuário poderão efectivamente nunca ter existido. Nestes casos, poderemos estar perante situações como as descritas por *Estrabão* a propósito do Tibre, nas quais os navios eram descarregados por “barcas de serviço” (Blot 2003: 22) (FIGURA 3).

Procurámos analisar com maior pormenor as evidências catalogadas, quer no Inventário Nacional do Património Subaquático (DANS/IGESPAR), quer nas diversas publicações de colecções museológicas de materiais originários de contextos subaquáticos.

Existem actualmente, na Base de Dados do IGESPAR – *Endovélico*, mais de uma centena de registos (121) referentes a achados isolados de ânforas e cepos de âncora, alguns dos quais constituem locais de naufrágio confirmados.

A simples análise da base de dados permite-nos definir como grandes áreas de achados a região algarvia, com o maior número de registos; seguida das áreas do Sado e Tejo, às quais sucede a zona de Peniche que inclui as Ilhas da Berlenga e Farilhões (FIGURA 4).

Os dados publicados correspondem às principais

coleções existentes e têm uma correspondência directa com os achados catalogados pela DANS. De entre a bibliografia existente, analisámos cuidadosamente Cardoso (1978), Diogo (1999), Diogo e Cardoso (2000), Diogo e Martins (2001) e Quaresma (2005), considerando-as como representativas do panorama actual dos conhecimentos e tendo em atenção que alguns dos dados incluídos em Diogo (1987) e Alves e Diogo (1988-1989) foram posteriormente recuperados nas publicações mais recentes.

Os dados disponíveis, e por nós tidos em conta, revelam a existência de cerca de duas centenas de ânforas.

Do conjunto de dados contidos nas publicações tratadas, surgem áreas de achado bem definidas, a saber: Tejo, com destaque para a zona do Mouchão da Póvoa (Vila Franca de Xira); a costa algarvia, principalmente as áreas de Cacela, Tavira Meia-Praia (Lagos); a ilha da Berlenga; o Cabo Sardão; o rio Arade; e o estuário do Sado, com especial destaque para a zona ao largo de Tróia.

O quantitativo detectado junto ao Mouchão da Póvoa (12 ânforas) permite equacionar a hipótese de, pelo menos, dois naufrágios face a dois grandes conjuntos cronológicos que os materiais apresentam: um de época tardo-republicana até meados do século I a.C.; outro, a partir de meados do século I d.C. Um exemplar de Haltern 70 pode ter uma cronologia intermédia e formar um terceiro segmento cronológico (Quaresma 2005: 410).

Os vestígios da foz do Arade apresentam um espectro cronológico bastante abrangente, desde materiais atribuíveis à época ibero-púnica até às ânforas Bizacenas datáveis dos séculos III e IV. Com uma estreita relação com a região produtora de preparados piscícolas controlada por *Portus Hannibalis* (Portimão) surgem, naturalmente e em grande número, ânforas piscícolas de produção algarvia. Estão, também, presentes as Gaulesas 4 e 6 vinárias, datáveis do século I a III, bem como a Lusitana 3. São frequentes as importações itálicas vinárias dos finais do século II a.C.; as béticas da centúria seguinte, piscícolas, oleárias (Dressel 20) e a Haltern 70 vinária. As produções lusitanas detêm cerca de 42% do total das ânforas do conjunto. Seguem-se as ânforas de origem bética com 24% e as da África Bizacena com 16%. Esta amostra pode ser comparada com outro conjunto de dragados recolhidos na foz do Arade (Silva *et al.* 1987). Neste último, as ânforas lusitanas representam uma percentagem superior a 64,5%, o que está muito mais próximo dos valores normais para a Lusitânia meridional.

Os trabalhos de Jean-Yves Blot na Berlenga (2002, 2005b, 2006) vieram completar o catálogo anfórico de Dias Diogo (Diogo 1999), dando a conhecer mais exemplares. Em termos cronológicos, constata-se que o conjunto se enquadra essencialmente entre o século I a.C. e o século I d.C., encontram-se representadas ânforas vinárias (68%) e piscícolas (26%), estando ausentes os contentores oleários. De entre as quais, prevalecem as ânforas Haltern 70. Estes dados sugerem-nos que o ancoradouro da Berlenga foi, nesta época, um ponto de escala estratégico (Bugalhão e Lourenço 2006:

289-293).

O Tejo regista ânforas vinárias greco-itálicas e Dressel 1, ligadas à conquista e primeiras décadas de controlo administrativo da Península Ibérica; apresentando depois um predomínio das produções gaditanas do século I a.C. a meados do II d.C., e de ânforas da primeira fase de produção lusitana (Dressel 14/Lusitana 2). A Lusitana 3 e a típica forma da segunda fase de produção lusitana, Almagro 51 C, estão igualmente registadas, mas até à data, com notória menor percentagem.

O contexto sadino parece-nos grandemente relacionado com os contextos produtivos dos complexos oleiros do Sado interior pelo predomínio de ânforas de produção lusitana, quer da primeira, quer da segunda fase produtiva. Destacam-se no contexto das importações as ânforas béticas piscícolas (Dressel 7/11 e Beltrán II, IV e V) e as ânforas bizacenas registadas ao largo de Tróia. Estas últimas em perfeita sintonia com a contínua ocupação do complexo de Tróia, até meados do século V. Os dados referentes à importação devem ser interpretadas em correlação com o trabalho de Cristóvão Fonseca sobre a *Terra Sigillata* do Fundeadouro de Tróia (Fonseca 2003).

Os materiais registados ao largo do Cabo Sardão, pelo seu amplo espectro cronológico, tornam difícil a sua interpretação, podendo corresponder a presumíveis naufrágios ou a materiais de fundeadouro¹, ainda que o Cabo Sardão não se afigure um bom abrigo em comparação com a Baía de Sines, a Norte, ou o Cabo de São Vicente, a Sul. Registam-se aí ânforas desde época ibero-púnica com um exemplar de Mañá A4, ânforas itálicas dos finais do século II a.C., as primeiras produções gaditanas piscícolas, uma Haltern 70 bética, e as formas lusitanas da primeira e da segunda fases de produção.

O estado actual dos conhecimentos dá-nos como prováveis sítios de naufrágio: os vestígios do Moção da Póvoa (Alves e Diogo 1988-1989: 230; Quaresma 2005); alguns materiais contemporâneos e associados no rio Arade (Diogo *et al.* 2000); e o sítio ao largo de Tavira que corresponderá a um naufrágio de um navio mercantil, proveniente da Bética e datável do século I d.C. (Arruda *et al.* 1987; Diogo 1999; Diogo e Cardoso 2000; Diogo e Martins 2001). Ainda assim, o único sítio alvo de sondagens arqueológicas é o arqueossítio de naufrágio dos Cortiçais, em Peniche. As campanhas, desenvolvidas entre os anos de 2004 e 2006, permitiram identificar fragmentos de ânforas béticas de tipo Haltern 70, *sigillata* itálica e fragmentos residuais de cerâmica de paredes-finas. Dados que permitiram datar o naufrágio da mudança de Era (FIGURA 5).

A identificação de ânforas de produção lusitana em centros consumidores longínquos e naufrágios na bacia do Mediterrâneo confirma a integração da província nas redes de comércio imperial (Edmondson 1987; Étienne e Mayet 2003-2004; Fabião 1997; Lopes e Mayet 1990).

Mereceram, igualmente, a nossa atenção os achados

¹ A grande profundidade dos achados (cerca de 300 metros) e a localização pouco rigorosa não permitiram até ao momento a verificação subaquática.

de cepos de âncora em chumbo. O cepo era utilizado numa âncora com corpo de madeira (FIGURA 6). Na maioria dos casos, todos os componentes em madeira são destruídos pelos agentes marítimos. Por essa razão, os cepos de chumbo constituem vestígios privilegiados, podendo ser indícios preciosos para a eventual localização de naufrágios. Perfazendo um total de indivíduos que ronda a centena, dos dados inventariados resulta a identificação de duas grandes zonas de achados: o Cabo Espichel e a Berlenga, definidas como amplas áreas de fundeadouro.

Na costa portuguesa, os vestígios de madeira associados aos materiais subaquáticos são pouco frequentes, ainda que se registem nos Farilhões, no Mouchão da Póvoa e no estuário do Arade. Este último corresponde a uma tábua dotada de sistema de fixação por encaixe-mecha-respiga, típico da antiguidade mediterrânica, descoberto em 2002 (Alves 2005: 450) (FIGURA 7).

Se por um lado, os achados subaquáticos se registam nos principais complexos portuários do Sul. Por outro, o registo de achados subaquáticos a Norte da Berlenga acompanha a actualização da visão historiográfica da navegação no atlântico.

PERPLEXIDADES

Sabendo que “o sucesso, para a história económica da Antiguidade, só pode vir do mar” (Robert Étienne apud Mayet 1998: 87) diligenciámos de forma a retirar a maior informação possível do conjunto de achados descritos anteriormente. Da sua análise resulta a confirmação de algumas tendências em perfeita harmonia com os dados adquiridos em terra, mas também nos são reveladas algumas perplexidades. Interessa-nos equacionar a sua real importância para o estudo da economia da Lusitânia.

As ânforas ganham relevo no estudo do comércio marítimo porque são recipientes especialmente vocacionados para o transporte marítimo (Carreras 2000: 32). Quando completas, permitem-nos definir a forma e a capacidade; conservando muitas vezes selos e *tituli picti*, dão-nos informações fundamentais sobre origens, conteúdos e processos de comercialização. Enquanto carga de embarcações permitem-nos aferir cronologias e rotas.

Mas será a nossa amostra válida a estes níveis? A verdade é que os dados que aqui apresentamos correspondem a materiais de associação duvidosa e, no caso dos recuperados através das redes de arrasto, de localização imprecisa.

O número de registos torna-se cada vez mais escasso à medida que nos dirigimos para Norte, ainda assim este não será um espelho da realidade, mas sim um reflexo do estado actual dos conhecimentos. Ou seja, a carta de distribuição dos materiais arqueológicos é, necessariamente, a cartografia da investigação realizada.

Ainda que a amostra não tenha qualquer garantia de ser ilustrativa da realidade, podemos tirar algumas conclusões simples que se fundam, essencialmente, na comparação entre os diversos contextos de achado.

A contabilização dos principais tipos anfóricos, permitiu-nos subdividi-los em oito grupos que foram tratados estatisticamente (FIGURA 8).

Observamos um notório predomínio de ânforas lusitanas da primeira fase de produção (Dressel14/Lusitana 2 e Lusitanas 12) em relação aos indivíduos da segunda fase de produção, nos contextos do Tejo e do Sado. Ao invés, no contexto algarvio do estuário do rio Arade a supremacia pertence às formas Almagro 51c lusitanas e às Almagro 50 algarvias. Este dado parece confirmar o protagonismo da região algarvia na economia do Sudoeste Peninsular, a partir dos inícios do século III, com base no desenvolvimento da exploração e transformação de recursos marinhos (Bernardes 2006; Mendes 2009). As ânforas piscícolas de produção gaditana e bética, que incluem as formas Beltrán I, II e IV, Dressel 7/11 e as Dressel 8, 9 e 10, são claramente as mais registadas nas águas portuguesas, correspondendo a importações entre os finais do século I a.C. e os meados do século II d.C. Lugar destacado detêm, também, as Haltern 70 registadas na totalidade dos contextos de achado analisados, com especial destaque para os da Berlenga e Cortiçais (Peniche). A elevada presença de ânforas de tipo Haltern 70 é perfeitamente compreensível e esperada tendo em consideração a sua ampla difusão ao longo da faixa atlântica (Carreras e Morais 2004: 94; Morais 2004: 549). As oleárias Dressel 20 béticas surgem nos contextos estuarinos do Sado, Tejo e Arade, ainda que não se apresentem muito significativas em termos numéricos, apresentando uma distribuição geográfica e numérica idêntica às Lusitanas 3.

Podemos concluir que, em termos percentuais, as ânforas de importação são mais numerosas do que as de produção lusitana (FIGURA 9). Esta realidade contrasta com os dados da maioria das estações do território nacional, dados que reflectem em grande parte os contextos escavados.

Em termos cronológicos, podemos distinguir dois grandes momentos de importação. O primeiro, desde época Ibero-Punica até meados do século II d.C., registado pela presença das ânforas ibero-punicas, gregó-itálicas, itálicas Dressel 1 e Dressel 2/4 vinárias. A Dressel 1, principalmente sob a sua forma 1b, regista uma presença regular em todos os contextos de achado. Inicia-se depois um período de importação das primeiras produções gaditanas e béticas, piscícolas (Dressel 7/11 e Beltrán I, II e IV) e vinárias (Haltern 70). O segundo grande momento corresponde ao período de importações africanas, a partir dos inícios do século III, principalmente das ânforas bizacenas (Keay III, V, VI e XXV), presentes maioritariamente nos contextos algarvios, mas também ao largo de Tróia (Sado).

Parece existir uma correspondência directa entre o tipo de achado e a prática de mergulho desportivo nos casos da Costa Algarvia, Berlengas e Sesimbra. Por seu turno, os achados do estuário do Sado, Tejo, Cabo Sardão, Sines e contextos algarvios de grande profundidade correspondem, essencialmente, a achados vindos à superfície nas redes de pesca. As dragas foram as grandes responsáveis pela identificação da maioria

dos achados do rio Arade e de alguns vestígios do Tejo e do Sado.

DIFICULDADES

O preconceito relativo à prática de uma navegação atlântica regular, em época romana, constitui uma das maiores dificuldades. Largamente reflectido na historiografia arqueológica, este continua a persistir.

A falta de articulação entre os contextos arqueológicos terrestres e subaquáticos, não tem permitido um estudo articulado dos vestígios indirectos e directos, fundamental para a compreensão dos fluxos marítimos. É também frequente a falta de conhecimento quanto às dinâmicas e agentes do comércio marítimo, sugerindo-se regularmente e erradamente a existência de rotas directas entre centros produtores e consumidores, longínquos entre si.

É, ainda, escasso o conhecimento relativo à exportação de ânforas lusitanas. Há toda uma investigação a ser elaborada, que deverá ultrapassar as fronteiras da antiga província da Lusitânia, rumando ao Mediterrâneo e ao Atlântico Norte.

Não existe uma massa crítica esclarecida no seio da sociedade civil. De forma a ultrapassar este obstáculo parece-nos fundamental a aplicação dos métodos da didáctica da história na museologia e no turismo cultural. É fundamental a multiplicação de acções de formação que esclareçam a sociedade, e em particular os mergulhadores. É prioritário esclarecer quanto à importância da protecção do património cultural subaquático, à luz das directrizes da Convenção da UNESCO. Mas é, igualmente, importante evidenciar os benefícios económicos que podem advir da criação de itinerários arqueológicos subaquáticos e actividades de mergulho em naufrágio, promovidos no âmbito do turismo de mergulho e concebidos com base na opção prioritária de conservação *in situ*, salvaguardada na Convenção da UNESCO.

Ainda que a generalidade dos achados subaquáticos de época romana se encontre inventariada, a sua maioria corresponde a achados isolados de localização imprecisa, cujos contextos continuam por verificar subaquaticamente. Parece-nos, portanto, urgente uma leitura da Carta Arqueológica Subaquática Nacional que permita a delimitação de prioridades e estratégias de intervenção. A falta de profissionais especializados e de meios financeiros e logísticos têm dificultado a operacionalização de missões de verificação. A profundidade parece-nos ser outra dificuldade para o desenvolvimento desse tipo de missões. O recém-adquirido ROV – LUSO poderá contribuir para o desenvolvimento da arqueologia subaquática em profundidade.

Há ainda a registar a valorização de vestígios de Época Moderna, por razões relativas à História Nacional, em detrimento de vestígios de épocas anteriores. Também a insuficiente divulgação internacional da produção científica portuguesa, não obstante os avanços

das últimas décadas, tem contribuído para a sua subvalorização.

CONCLUSÃO

Ainda que estejamos no domínio da recolha da informação, e que a amostra por nós apresentada seja residual, esta não deixa de se revelar consistente sobretudo na medida em que a sua multiplicação tem contribuído para redimensionar o papel da província da Lusitânia. Estamos longe de entender o seu papel no complexo sistema económico inter-provincial, ainda assim consideramos que é tempo de contabilizar os vestígios subaquáticos e de os considerar nessa complexa equação.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F.
2005. Apontamento sobre um fragmento de tábuca de casco de navio dotado do sistema de fixação por encaixe-mecha-respiga, típico da antiguidade mediterrânica, descoberto em 2002 no estuário do rio Arade. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8(2): 449-457.
- ALVES, F. e A. DIOGO
1988-1989. Ânforas provenientes de achados fluviais nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, IV – 6/7: 227-240.
- ALVES, F., F. REINER, M. ALMEIDA e L. VERISSÍMO
1988-89. Os Cepos de Âncora em chumbo descobertos em águas portuguesas – contribuição para uma reflexão sobre a navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade. *O Arqueólogo Português*, série IV, 6/7: 109-185.
- BLOT, M.L.
2003. *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal* (Trabalhos de Arqueologia 28). Lisboa: IPA.
- BUGALHÃO, J. e S. LOURENÇO
2006. As ânforas romanas da Ilha da Berlenga. *Setúbal Arqueológica* 13: 279-294.
- CARRERAS, C.
2005. Consumo de Salazones Béticos desde Época de Augusto a Los Julio-Claudios: Mercados Emergentes en Asturica Augusta (Astorga), Barcino (Barcelona) y Oppidum Cugernorum (Xanten), in *Actas del Congreso Internacional CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*: 215-220. Oxford: Archaeopress.
2000. *Economía de la Britannia Romana: La Importación de Alimentos*. Barcelona: Publicaciones Universidad de Barcelona.
- CARRERAS, C. e R. MORAIS
2004. Geografía del consum de les Haltern 70, in *Culip VIII i les àmfores Haltern 70. Monografies del CASC* 5: 93-115. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, Centro d'Arqueologia Subaquática de Catalunya.
- CARDOSO, G.
1978. Ânforas romanas do Museu do Mar (Cascais). *Conímbriga* 17: 63-78.

CHIC GARCÍA, G.

2003. La "Gaditanización" de Hispania, in *Andalucía: reflexiones sobre su Historia*: 7-44. Sevilla: Padilla Libros.

1995. Roma y el mar: del Mediterráneo al Atlántico, in V. Alonso Troncoso (ed.) *Guerra, exploraciones y navegación del mundo Antigua a la edad moderna (Ferrol, 1994)*: 55-89. Coruña: Universidade da Coruña.

DIOGO, A.M.D.

1999. Ânforas provenientes de achados marítimos na costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 2(1): 235-248.

1987. Ânforas provenientes do rio Tejo (Salvaterra de Magos), no Museu do Mar. *Arqueologia* 16: 112.

DIOGO, A.M.D. e J.P. CARDOSO

2000. Ânforas béticas provenientes de um achado marítimo ao largo de Tavira (Algarve). *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3(2): 67-79.

DIOGO, A.M.D., J.P. CARDOSO e F. REINER

2000. Um Conjunto de Ânforas Recuperadas nos Dragados da Foz do Rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3(2): 81-118.

DIOGO, A.M.D. e A.S. MARTINS

2001. Ânfora proveniente de um achado marítimo na costa algarvia, ao largo de Tavira. *O Arqueólogo Português*, série IV, 19: 57-64.

EDMONDSON, J.C.

1987. *Two industries in Roman Lusitania: Mining and Garum production* (BAR Inter. Series 362). Oxford: Archaeopress.

ÉTIENNE, R. e F. MAYET

2003-2004. La place de la Lusitanie dans le commerce méditerranéen. *Conimbriga* 32-33: 201-218.

FABIÃO, C.

2009. A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no império romano? *Lusitânia Romana – Entre o Mito e a Realidade*, in J.-G. Gorges, J. d'Encarnação, T.N. Basarrate e A. Carvalho (coord.) *Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*: 53-74. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.

2006. *A Herança Romana em Portugal*. Lisboa: CTT.

2005. Caminhos do Atlântico Romano: Evidências e Perplexidades, in C. Fernández Ochoa e P. García Díaz (eds.) *III Colóquio Internacional de Arqueologia en Gijón. Unidad y diversidad en el Arco Atlántico en época romana* (Gijón 2005): 83-85.

1998. O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 1(1): 169-198.

1997. A Exploração dos Recursos Marinhos, in *Portugal Romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa: MNA.

FONSECA, C.

2003. *A Terra Sigillata* do Fundeadouro de Tróia. Trabalho de Seminário do curso de História, variante Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

LAGÓSTENA BARRIOS, Lázaro

2001. *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana: (II a.C. - VI d.C.)* (Collecció instrumenta 11). Barcelona: Universidade de Barcelona Publicações.

LOPES, C. e F. MAYET

1990. Commerce Régional et Loitain des Amphores Lusitaniennes, in *Ânforas Lusitanas. Tipologia, produção,*

comércio: 295-303. Coimbra: Museu Monográfico de Conimbriga.

MANTAS, V.

2004. A Lusitânia e o Mediterrâneo: Identidade e Diversidade Numa Província Romana. *Conimbriga XLIII*: 63-83.

2002-2003. O Atlântico e o Império Romano. *Revista Portuguesa de História* 36(2): 445-468.

2000. *Portos Marítimos Romanos*. Lisboa: Academia da Marinha.

1999. As villae marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana, in J.-G. Gorges e G. Rodríguez Martín (eds.) *Économie et Territoire en Lusitanie Romaine*: 135-156. Madrid: Casa de Velázquez.

1998. Navegação, economia e relações interprovinciais: Lusitânia e Bética. *Humanitas* 50: 199-240.

1990. As cidades marítimas da Lusitânia, in *Les Villes de Lusitanie Romaine. Hiérarchies et Territoires (Talence, 1988)*: 149-205. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique.

MORAIS, R.

2007. Contributo para o estudo da economia na Lusitânia romana. *Saguntum* 40: 133-140.

2004. *Bracara Augusta*: Um Pequeno 'Testaccio' de ânforas Haltern 70. Considerações e Problemáticas de Estudo, in *Actas del Congreso Internacional Figlinae Baeticae. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.)*, Universidad de Cádiz-2003 (BAR Inter. Series 1266): 545-566. Oxford: Archeopress.

NAVEIRO LÓPEZ, J.L.

1996. Registro cerâmico e intercâmbios en el Noroeste en la época romana, in C. Fernández Ochoa (ed.) *Los finisterres atlánticos en la antigüedad: época prerromana y romana (Coloquio Internacional): homenaje a Manuel Fernández Miranda*: 201-204.

1991. *El Comercio Antiguo en el N.W. Peninsular. Lectura Histórica del Registro Arqueológico*. Coruña: Museu Arqueológico.

MAYET, F.

1998. Contribuição da Arqueologia Subaquática para o Estudo do Comércio Romano. *Al-madan*, II série, 7

QUARESMA, J.C.

2005. Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8(2): 403-428.

REMESAL RODRÍGUEZ, J.

2008. Provincial interdependence in the Roman Empire: an explanatory model of Roman economy, in P.P.A. Funari, R.S. Garraffoni e B. Letalien (eds.) *New Perspectives on the Ancient World Modern perceptions, ancient representations* (BAR Inter. Series 1782): 155-160. Oxford: Archeopress.

2004. El abastecimiento militar durante el Alto Imperio Romano. Un modo de entender la economía antigua. *Boletim do CPA* 17: 163-182

1986. *La Annona Militaris y la exportación de aceite bético a Germania, con un corpus de sellos en ánforas Dressel 20 hallados en: Nimega, Colonia, Mainz, Saalburg, Zugmantel y Nida*. Madrid: Universidad Complutense.

SILVA, C.T. da, A. COELHO-SOARES e J. SOARES

1987. Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica* 8: 203-219.



FIGURA 1. Actividades subaquáticas do CPAS e materiais recuperados no fundão de Tróia. (Fotos do CPAS).



FIGURA 2. Mergulhos de Guilherme Cardoso em Porto Sabugueiro, no Tejo (Foto de Guilherme Cardoso).



FIGURA 3. Mosaico do Fórum das Corporações de Óstia Antiga, representando o transbordo directo das mercadorias de um navio para uma caudicaria (barcas).



FIGURA 5. Materiais em contexto subaquático do sítio dos Cortiçais, Peniche. (Foto de Gonçalo de Carvalho, 2006).

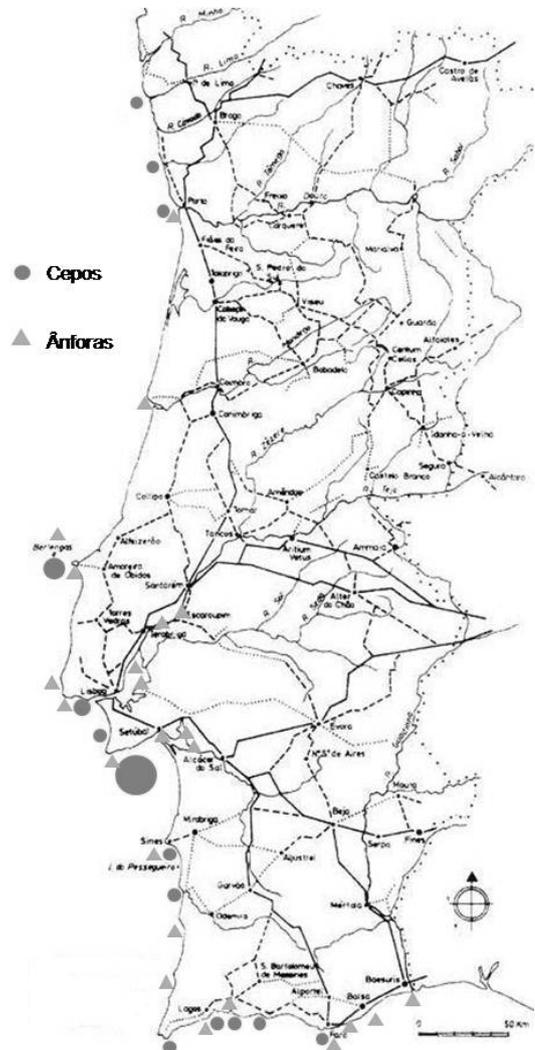


FIGURA 4. Localização dos achados subaquáticos de época romana. (Mapa de fundo: MANTAS, *Vias Romanas da Lusitana*, 1993).



FIGURA 6. Âncora com cepo em chumbo. Museu de Albenga, Itália.

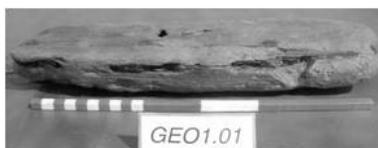


FIGURA 7. Fragmento de tábuia identificado no Arade. (ALVES, 2005, 451).

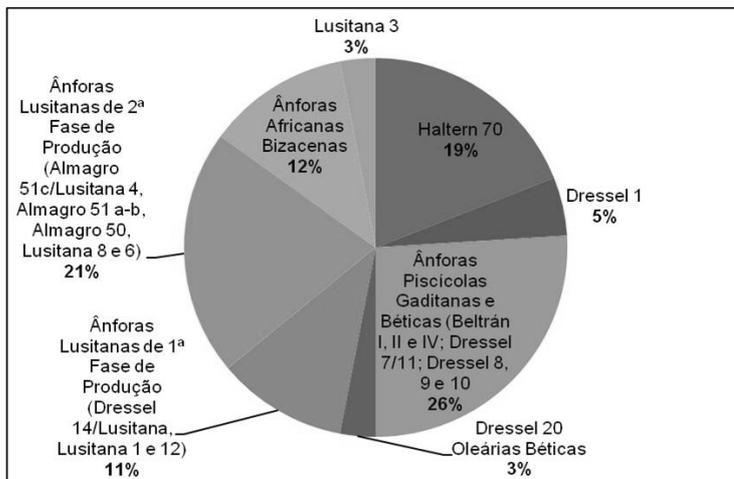


FIGURA 8. Principais tipos anfóricos identificados nos achados subaquáticos na costa portuguesa.

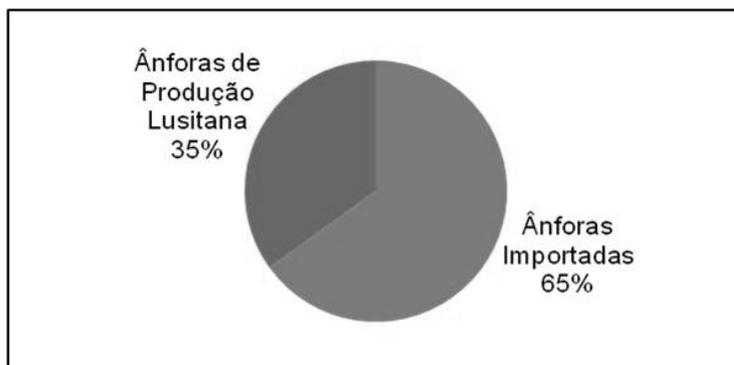


FIGURA 9. Gráfico representativo da percentagem de ânforas lusitanas e importadas.